

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DA COVID-19 2.0

Divulgação: 08 de setembro de 2020

Coleta de dados: 03 de setembro de 2020

Visite o site: transparenciacovid19.ok.org.br



BOLETIM #05 | ESTADOS

Variedade de sistemas dificulta transparência da pandemia

Ao abrir microdados, mais de um terço dos entes disponibiliza casos leves e graves em arquivos diferentes, dificultando reúso; oito estados ainda não divulgam bases

APOIO:

Hivos
people unlimited



PCD 
Plataforma de Ciência de
Dados aplicada à Saúde

RESUMO EXECUTIVO

→ **Desatualização de dados faz estados retrocederem em ranking;** Paraíba voltou ao nível “Médio” por esse motivo.

→ **Oito estados ainda não publicam microdados de casos da Covid-19 ou não atingem o mínimo de 5 variáveis.** São eles: Amapá (base desatualizada); Maranhão; Paraíba; Piauí; Rio de Janeiro; Roraima; Sergipe; Tocantins.

→ Proporção de entes com **microdados completos** teve ligeira melhora e passou de 25% a 28% (8 entes).

O quinto boletim do Índice de Transparência da Covid-19 nos estados traz um novo ente com 100 pontos no ranking, Rio Grande do Sul, e outro, a Paraíba, de volta ao nível de transparência “Médio”, além de avanços e retrocessos na disponibilização de bases de microdados. Neste cenário, a multiplicidade de sistemas de coleta e análise de dados sobre a pandemia é um ponto de atenção para compreendermos as condições de disponibilização dessas informações.

No início da pandemia, o governo federal determinou que a gestão dos dados epidemiológicos de Covid-19 fosse realizada por meio de três sistemas: o e-SUS Notifica, o Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP Gripe) e o Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL). Enquanto o e-SUS Notifica e o SIVEP Gripe concentram detalhes sobre cada um dos casos confirmados, suspeitos e descartados de contaminação pelo novo coronavírus, no GAL são inseridas informações sobre os processos relacionados à demanda de aplicação dos testes. Embora a existência dos três sistemas seja essencial para garantir a padronização e a centralização das informações no nível federal, viabilizando um panorama da situação de todo o país, o preenchimento adequado deles pode ser bastante desafiador para os gestores locais.

Desde o início do ITC-19 2.0, a Open Knowledge Brasil tem conduzido entrevistas com servidores públicos envolvidos com a abertura dos dados de Covid-19, com o objetivo de compreender os processos e fluxos necessários à promoção da transparência dessas informações.

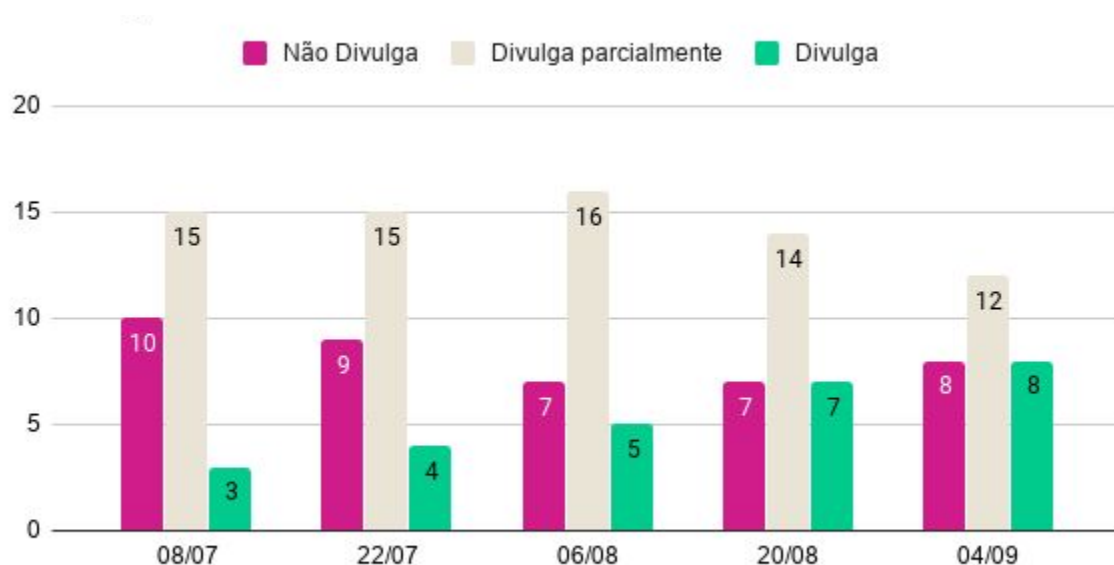
No nível estadual, gestores de [Alagoas](#) e [Espírito Santo](#) destacam a importância dos sistemas federais para a organização das estatísticas epidemiológicas sobre a pandemia. No entanto, a necessidade de utilizar outras tecnologias e procedimentos para a gestão dos dados também surge nas falas de ambos. Com isso, um cenário já complexo de administração de três sistemas de notificação obrigatória pode incorporar diversas outras ferramentas tecnológicas. O resultado: disponibilizar boas bases de microdados torna-se um desafio muito maior do que poderia ser.

MICRODADOS

Os estados vêm avançando na publicação de bases de microdados desde que o Índice de Transparência da Covid-19 foi lançado, em abril. Na [primeira avaliação](#), apenas três estados pontuavam no critério “Microdados”, que, à época, era analisado pelo ITC-19 1.0 com menos rigor.

Hoje, quase cinco meses depois, oito entes disponibilizam uma base detalhada — atendendo às 11 variáveis exigidas pela metodologia —, enquanto doze publicam microdados com, no mínimo, cinco tipos de informações diferentes a respeito de cada caso de Covid-19. No entanto, é preocupante que outras oito unidades da federação não publiquem bases de microdados ou disponibilizem apenas tabelas com menos de cinco informações sobre os casos de contágio.

DISPONIBILIZAÇÃO DE MICRODADOS AO LONGO DO TEMPO



Chama a atenção, porém, o fato de que a publicação dos microdados nem sempre se dê por meio de uma base de dados única. Enquanto 60% dos entes têm sido capazes de compilar e unificar os dados provenientes de todos os sistemas utilizados pela gestão, os outros 40% têm optado por disponibilizar as bases de cada um desses sistemas de forma separada, ainda que este formato dificulte seu reuso. Por exemplo, notificação de casos graves (SRAG) em uma base, registros de casos leves, em outra.

DETALHAMENTO E FORMA DE DISPONIBILIZAR MICRODADOS

Estado	Quantidade de variáveis na base de microdados	Base unificada?
Acre	11 variáveis	Não
Alagoas	5 a 10 variáveis	Sim
Amapá	Menos de 4 variáveis/não publica bases de microdados. *Base desatualizada	Não se aplica
Amazonas	11 variáveis	Não

Bahia	5 a 10 variáveis	Sim
Ceará	5 a 10 variáveis	Sim
Distrito Federal	5 a 10 variáveis	Sim
Espírito Santo	11 variáveis	Sim
Goiás	5 a 10 variáveis	Não
Governo Federal	11 variáveis	Não
Maranhão	Menos de 4 variáveis/não publica bases de microdados.	Não se aplica
Mato Grosso	5 a 10 variáveis	Sim
Mato Grosso do Sul	11 variáveis	Sim
Minas Gerais	5 a 10 variáveis	Não
Pará	5 a 10 variáveis	Sim
Paraíba	Menos de 4 variáveis/não publica bases de microdados.	Não se aplica
Paraná	5 a 10 variáveis	Não
Pernambuco	5 a 10 variáveis	Sim
Piauí	Menos de 4 variáveis/não publica bases de microdados.	Não se aplica
Rio de Janeiro	Menos de 4 variáveis/não publica bases de microdados.	Não se aplica
Rio Grande do Norte	5 a 10 variáveis	Sim
Rio Grande do Sul	5 a 10 variáveis	Sim
Rondônia	11 variáveis	Não
Roraima	Menos de 4 variáveis/não publica bases de microdados.	Não se aplica
Santa Catarina	5 a 10 variáveis	Sim
São Paulo	5 a 10 variáveis	Não
Sergipe	Menos de 4 variáveis/não publica bases de microdados.	Não se aplica
Tocantins	Menos de 4 variáveis/não publica bases de microdados.	Não se aplica

QUEM MELHOROU

Ao disponibilizar base de microdados mais completa e informações sobre casos de Covid-19 na população privada de liberdade, o Rio Grande do Sul se tornou o quinto estado a atingir 100 pontos no ITC-19, compartilhando a primeira posição do ranking com Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Rondônia. O aprimoramento dos microdados também foi destaque nos desempenhos de Acre e Paraná e novidade no Mato Grosso, que ainda não havia promovido tal abertura de dados.

Avanços na publicação de itens da dimensão de Conteúdo contribuíram para aumentos mais discretos, mas importantes, da avaliação de alguns de Sergipe, Roraima, Rio Grande do Norte e São Paulo.

Estado	Como estava	Como ficou	Principal motivo
Rio Grande do Sul	95	100	Passou a disponibilizar informações sobre população privada de liberdade e inseriu novas informações na base de microdados.
Mato Grosso	64	68	Passou a publicar base de microdados e informações completas sobre evolução dos casos e testes aplicados.
Roraima	61	64	Passou a publicar casos de Covid-19 entre profissionais da saúde e doenças preexistentes dos óbitos confirmados.
Acre	96	99	Inseriu novas informações na base de microdados.
Sergipe	86	88	Passou a publicar casos de Covid-19 entre profissionais da saúde.
Rio Grande do Norte	83	85	Passou a publicar informações sobre etnias indígenas.
Paraná	88	89	Inseriu novas informações na base de microdados.
São Paulo	82	83	Passou a publicar leitos de UTI exclusivos para Covid-19 operacionais.

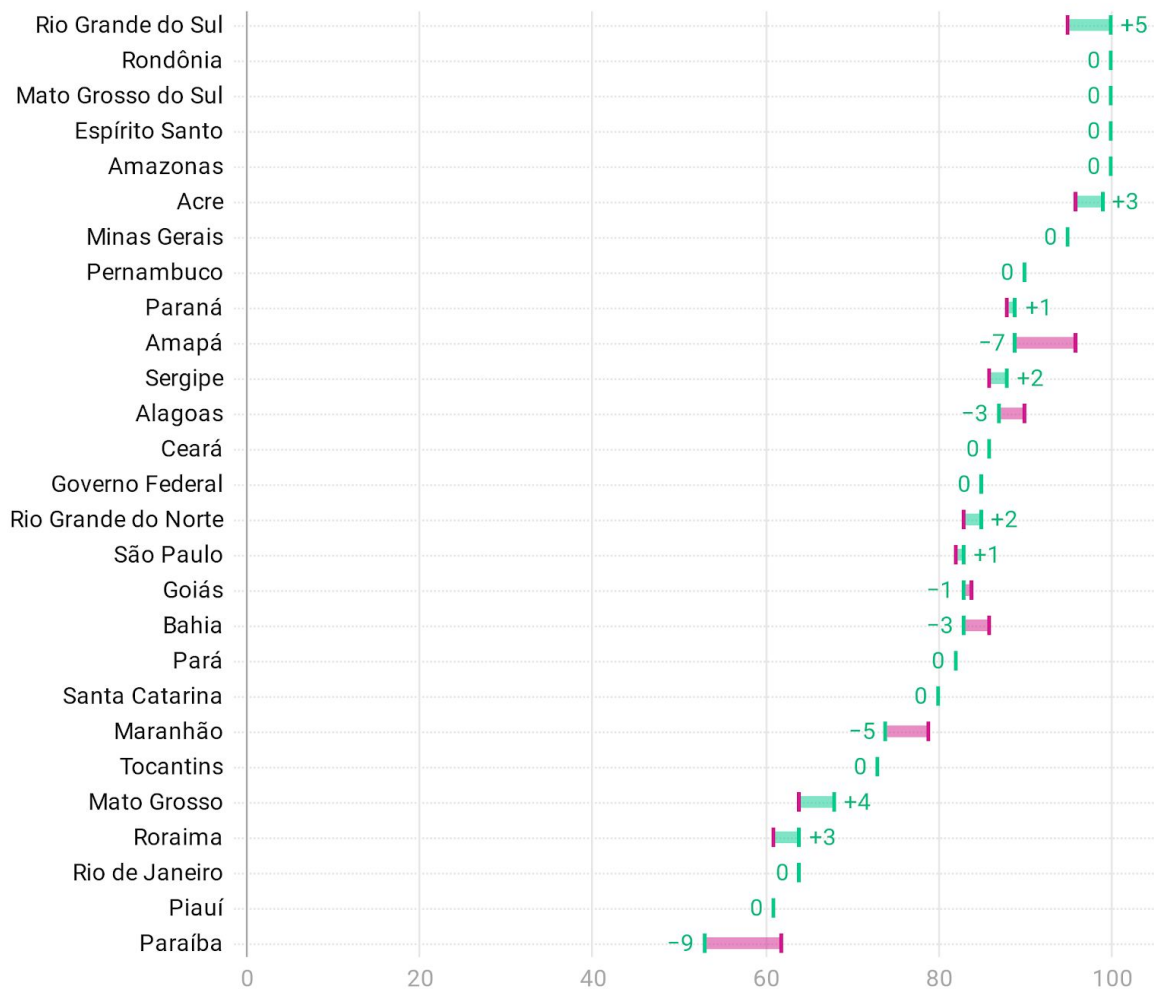
QUEM 'ESCORREGOU'

Desatualizações marcaram mais uma vez as quedas de desempenho no Índice nesta quinzena. Boletins atrasados comprometeram a avaliação de três estados: Paraíba, Distrito Federal e Alagoas. No entanto, foram os problemas na disponibilização de microdados que impulsionaram os maiores impactos negativos. No Amapá, a desatualização dos microdados provocou uma redução de 7 pontos, enquanto no Maranhão a indisponibilidade da base — antes publicada em uma seção específica de dados abertos — baixou 5 pontos no desempenho do estado.

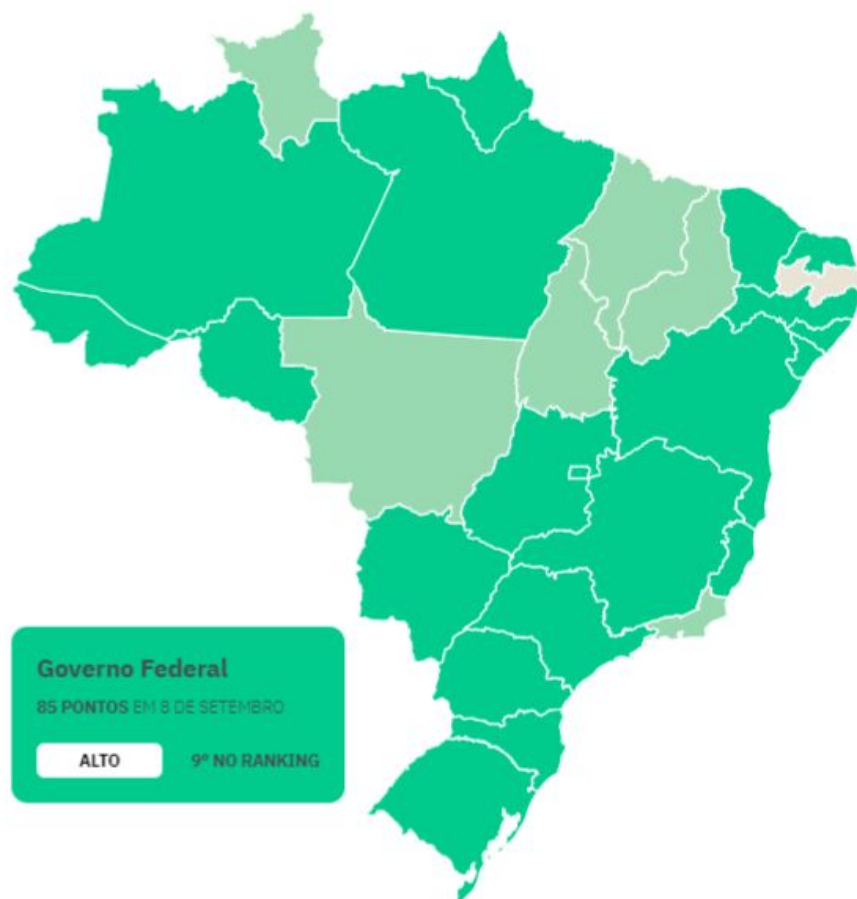
Estado	Como estava	Como ficou	Principal motivo
Amapá	96	89	Deixou de atualizar base de microdados, impactando também as avaliações de SRAG e principais agentes etiológicos e Série histórica.
Maranhão	79	74	Deixou de publicar base de microdados, impactando as avaliações de Série histórica e Doenças preexistentes.
Bahia	86	83	Não foram encontradas informações completas sobre SRAG e evolução nos microdados.
Paraíba	62	59	Não atualizou boletim epidemiológico, o que impactou as avaliações de Faixa etária, Sexo, Raça/Cor e Profissionais da saúde.
Alagoas	90	87	Deixou de atualizar boletim de testagem, impactando as avaliações de Testes aplicados e Capacidade de testagem.
Distrito Federal	92	90	Deixou de atualizar dados sobre SRAG e principais agentes etiológicos.
Goiás	84	83	Não foram encontradas informações sobre SRAG e principais agentes etiológicos.

COMO OS ESTADOS EVOLUÍRAM NA ÚLTIMA QUINZENA

Varição dos pontos de estados e governo federal no índice de Transparência da Covid-19



MAPA ATUALIZADO - TRANSPARÊNCIA DA COVID-19



NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA



RANKING ATUAL

Posição	Estado	Sigla	Pontuação	Nível
1°	Amazonas	AM	100	Alto
	Espírito Santo	ES	100	Alto
	Mato Grosso do Sul	MS	100	Alto
	Rio Grande do Sul	RS	100	Alto
	Rondônia	RO	100	Alto
2°	Acre	AC	99	Alto
3°	Minas Gerais	MG	93	Alto
4°	Distrito Federal	DF	90	Alto
	Pernambuco	PE	90	Alto
5°	Amapá	AP	89	Alto
	Paraná	PR	89	Alto
6°	Sergipe	SE	88	Alto
7°	Alagoas	AL	87	Alto
8°	Ceará	CE	86	Alto
9°	Governo Federal	BR	85	Alto
	Rio Grande do Norte	RN	85	Alto
10°	Bahia	BA	83	Alto
	Goiás	GO	83	Alto
	São Paulo	SP	83	Alto
11°	Pará	PA	82	Alto
12°	Santa Catarina	SC	80	Alto
13°	Maranhão	MA	74	Bom
14°	Tocantins	TO	73	Bom
15°	Mato Grosso	MT	68	Bom
16°	Rio de Janeiro	RJ	64	Bom
	Roraima	RR	64	Bom
17°	Piauí	PI	61	Bom
18°	Paraíba	PB	53	Médio

METODOLOGIA

O **Índice da Transparência da Covid-19 nos estados e União** é atualizado quinzenalmente e leva em conta três dimensões e 26 critérios:

Dimensão	Descrição
CONTEÚDO	São considerados itens como idade, sexo, raça/cor e hospitalização dos pacientes confirmados, além de dados sobre a infraestrutura de saúde, como ocupação de leitos, testes disponíveis e aplicados.
GRANULARIDADE	Avalia se os casos estão disponíveis de forma individual e anonimizada; além do grau de detalhamento sobre a localização (por município ou bairro, por exemplo).
FORMATO	Consideram-se pontos positivos a publicação de painéis analíticos, planilhas em formato editável e navegação simples.

[Base de dados completa](#) com a avaliação detalhada de cada ente.

[Nota metodológica](#) com o detalhamento dos critérios de avaliação.

O Índice de Transparência da Covid-19 da OKBR foi lançado em 3 de abril de 2020 e, desde então, vem sendo atualizado semanalmente, todas as quintas-feiras. Na nova versão, as publicações intercalam os resultados de União e estados e os das capitais.

No dia 21 de maio de 2020, a Transparência Internacional Brasil (TI Brasil) divulgou um ranking próprio, com atualização mensal, em que avalia a situação da divulgação de recursos públicos para enfrentamento à Covid-19. [Conheça.](#)

SOBRE A OKBR

A OKBR, também conhecida como Rede pelo Conhecimento Livre, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e apartidária que atua no país desde 2013. Desenvolvemos e incentivamos o uso de tecnologias cívicas e de dados abertos, realizamos análises de políticas públicas e promovemos o conhecimento livre para tornar a relação entre governo e sociedade mais transparente e participativa.

Saiba mais no site: <http://br.okfn.org>

Equipe responsável:

COORDENAÇÃO GERAL

Fernanda Campagnucci

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Camille Moura

COMUNICAÇÃO E DESIGN

Thiago Teixeira e Isis Reis

APOIO NA COLETA DE DADOS

Fernanda Távora, Rosângela Lotfi, Taís Seibt e Thays Lavor

CONTATO PARA IMPRENSA

imprensa@ok.org.br